
FULGOR E MORTE DO MOVIMENTO FEMINISTA*

Olga Cristobal

Se o fracasso de um movimento político que se postulou como libertador das mulheres pudesse ser sintetizado numa imagem, a imagem do fracasso do feminismo seria a das jovens militares estadunidenses, que torturaram e violaram os prisioneiros iraquianos em Abu Ghraib.

Lynndie England e suas colegas mostraram que os postulados do feminismo da igualdade – um programa político cuja máxima utopia é que as mulheres compartilhem em igualdade com os homens o inferno capitalista – podiam levar até o lugar de quem executa a tortura. Mas England também foi, por quatro décadas, uma negação descarada de construção teórica esforçada do

* Tradução: Aline Ferreira e Rubens Vinicius da Silva; Revisão: Marcus Gomes.

feminismo da diferença: este que supõe que a mulher – não por razões biológicas, mas sim pela construção de sua subjetividade sob um sistema sexista – é radicalmente diferente do homem – depredador, guerreiro, violento, dominante – e representa o respeito à vida, à paz, à preservação do planeta, à “ética do cuidado e da compaixão”¹. Uma descrição essencialista, que apresenta perigosamente alguns dos atributos que foram usados para explicar seu lugar subordinado ao longo da história.

Não muitas acusaram o golpe. Julieta Paredes² sustenta:

Com as lutas das feministas em diferentes partes do planeta, abriram-se espaços onde as mulheres participam ativamente da manutenção de suas vidas e das vidas de suas comunidades. Toda luta implica enfrentar as tentativas de manipulação e cooptação por parte do sistema que se

¹ Carol Colligan, *La moral y la teoría. Psicología del desarrollo femenino*. Fondo de Cultura Económica, México, 1985

² “*Torturas con enfoque de género*”. Paredes faz parte do grupo Mujeres Creando, corrente autônoma da Bolívia.

impugna (...) e uma destas armas tem sido a inclusão da chamada 'perspectiva de gênero', que se aplica em todos os programas e instituições dos governos e Estados. Quero esclarecer que feminismo e enfoque de gênero são projetos políticos antagônicos. (...) Hoje a face desta igualdade, igualdade nos crimes e nas injustiças. As torturas causadas aos iraquianos por parte de gringos e gringos, nos mostram claramente a chamada perspectiva de gênero a nível mundial: jamais a perspectiva de gênero se propôs a denunciar e anular os privilégios!

A partir do setor da igualdade, Barbara Ehrenreich³ analisa o seu sucesso, num texto que é quase uma declaração de responsabilidades:

Ainda que me opusesse à Guerra do Golfo Pérsico de 1991, me sentia orgulhosa de nossas militares, e encantada pelo fato de sua presença ter desagradado aos anfitriões árabes. Secretamente esperava que a presença de mulheres mudasse, com o tempo, o exército, tornando-o mais respeitoso com outras populações e culturas, o que lhe faria mais capaz de

³ “*Un útero no sustituye una conciencia*”. Ehrenreich é uma “feminista da igualdade” estadunidense.

manter a paz de forma genuína. Isso era o que eu pensava. Mas já não penso mais assim. Certo tipo de feminismo, ou talvez devesse dizer certo tipo de feminismo ingênuo morreu em Abu Ghraib. Era um feminismo que via os homens como os eternos autores dos delitos, e as mulheres como as eternas vítimas, e a violência sexual dos homens contra as mulheres, como raiz de toda a injustiça. A violação foi utilizada repetidamente como um instrumento de guerra e, para algumas feministas, começava a parecer como se a guerra fosse uma extensão da violação. Parecia haver ao menos certa evidência de que o sadismo sexual masculino estava conectado com a trágica propensão de nossa espécie à violência. Isto era antes de vermos o sadismo sexual feminino em ação.

Não era a primeira vez que as feministas da igualdade se regozijavam de ver garotas de uniforme: “– Tenho muita alegria em saber que agora em West Point se fabricam uniformes para grávidas”, disse alguma vez Betty Friedan, maior líder da “segunda onda” . Qual caminho a levou a pensar que a libertação feminina poderia vir acondicionada no uniforme de um exército imperialista?

Movimentos Sociais. Vol. 05, num. 08, 2020.

O enfoque de gênero, criticado por Paredes, hoje em dia é assumido pela própria ONU, pelo Banco Mundial, Parlamento Europeu, Ministério da Saúde Argentino, etc.: seria uma traição, seria o filho idiota do feminismo, ou é uma viagem inevitável, quando se analisam as posições que sustentaram desde sua origem até as mais radicais?

Um pouco de história

O movimento feminista renasceu nos países imperialistas no fim dos anos 60 – a chamada “segunda onda” – e convocou milhares de mulheres, que lutaram e obtiveram, obviamente, uma expressão legal – importantes direitos democráticos no plano familiar, laboral e (o mais duvidoso) sexual: dissociação de sexo e procriação, direito à anticoncepção, mais tarde o direito ao aborto, impugnação da norma heterossexual e etc. Seu batismo de fé foi o livro de Betty Friedan, *A Mística Feminina* (1963), que denunciava que “algo” estava acontecendo entre as mulheres norte-americanas – “o problema que não tem nome” – as quais, apesar de felizmente estarem casadas,

Movimentos Sociais. Vol. 05, num. 08, 2020.

rodeadas de eletrodomésticos, sem problemas econômicos e com filhosãos, experimentavam uma asfixia interior intolerável. Friedan limitou-se a definir a mulher somente a partir das funções que exercem: esposa, mãe, dona de casa... Obviamente que não se ocupou das mulheres do Harlem, mas o mal-estar descrito tinha um substrato objetivo: as mulheres que haviam entrado no mercado de trabalho durante a Segunda Guerra – sob o slogan “We can do” -, tinham voltado à prisão doméstica quando seus maridos voltaram da frente de batalha e reocuparam seus postos de trabalho⁴.

⁴ A filósofa feminista Amalia Valcárcel explica: “Agora, as ‘mulheres modernas’, que eram cidadãs e tinham formação, eram livres e competentes. Livres para eleger permanecer em seu lugar e não sair para competir num mercado de trabalho hostil. Competentes para levar adiante a unidade doméstica, mediante uma planificação quase empresarial. O novo lugar tecnológico, no qual os eletrodomésticos livravam-nas de algumas das tarefas mais trabalhosas e humilhantes, necessitava de uma engenheira doméstica à frente. Uma mulher que soubesse que o êxito provinha de uma direção correta da empresa familiar. Cada dona de casa era uma diretora-gerente, que dependia do êxito completo da família nuclear. Não tinha sentido sair para competir no mercado por um posto de qualificação média ou baixa quando se podia ser sua própria chefe”.

As feministas politizaram – “o pessoal é político” – a sexualidade, a estrutura familiar e a vida cotidiana, desmentindo que “a biologia é um destino” e questionaram a maternidade como função social primordial das mulheres. Denunciaram fenômenos até então naturalizados e silenciados, como a violência sexual e a violência doméstica. Somente na década de 70 o Congresso dos EUA aprovou 71 disposições relativas ao “problema da mulher”.

Muitos destes temas haviam sido trabalhados desde Engels, passando por Clara Zetkin e Alexandra Kollontai, entre outras. Mas as feministas da segunda onda os ignoravam, pois o Termidor stalinista havia apagado da memória da classe operária, e de suas organizações, as posições bolcheviques em torno da opressão da mulher. Mas é justo reconhecer que ninguém como o feminismo – e particularmente o feminismo da diferença – explicitou até seus mínimos detalhes as múltiplas expressões da dupla opressão e questionou todas as áreas do conhecimento humano, revelando que a ciência havia considerado as

Movimentos Sociais. Vol. 05, num. 08, 2020.

características masculinas como universais. E só o feminismo viu na imposição da norma heterossexual um elemento chave da opressão feminina.

O feminismo igualitarista francês – herdeiro de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir – e o feminismo liberal estadunidense (Friedan) entenderam que a questão chave da subordinação feminina era a desigualdade na família, no acesso à educação e ao trabalho, na representação política, em síntese, a exclusão das mulheres da esfera pública, e propuseram reformas legais que paulatinamente foram implementadas. Uma tentativa de ressuscitar Olympe de Gouges⁵ e sua reivindicação dos

⁵ A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 16 de agosto de 1789, em plena efervescência revolucionária na França, levou a francesa Olympe De Gouges a redigir a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, ao considerar que a primeira excluía as mulheres. “A mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos”. Este enunciado, que encabeçava o texto redigido por De Gouges em 1791, resume em grande medida as nascentes ideias e lutas das mulheres durante a Revolução de 1789. É uma réplica do primeiro enunciado da Carta de 1789, que consagra os princípios de igualdade aos varões e seus direitos políticos. De Gouges, uma destacada ativista da revolução, terminou na guilhotina.

direitos da mulher, não no fervor jacobino, mas sim na época de decomposição do capitalismo.

A radicalização das massas em plena Guerra do Vietnã e o Maio de 68 francês impulsionaram uma nova tendência: mulheres mais jovens “que aspiravam mudar o sistema”, retomando alguns elementos do marxismo. Este setor transplantou algumas categorias do marxismo para analisar a opressão feminina. As mulheres foram consideradas o sexo oprimido, e a culpa final da opressão da mulher não eram os valores, mas sim o capitalismo. “A libertação da mulher não podia se dar sem a libertação geral de outros trabalhadores oprimidos e explorados sob o capitalismo. O capitalismo era reconhecido como responsável pela organização injusta do trabalho, que oprime o operário e a mulher com a dupla jornada”⁶.

⁶ Sheila Rowbotham, autora de *Mujer, Resistencia y Revolución* (1972) e *La consciencia de la mujer em el mundo de los hombres* (1973), toma como antecedente Flora Tristán.

Esta corrente, em que pela primeira vez tomava a palavra mulheres negras e lésbicas, acusou o feminismo liberal de ser uma corrente política de brancas, heterossexuais, profissionais, com autonomia econômica, com poucos filhos, que não representavam senão seus interesses, e, na realidade, pretendiam silenciá-las, sob o manto da *sisterhood*^{*1} – da irmandade entre todas as mulheres – as diferenças de classe, etnia e opção sexual. Estes grupos,

identificados com a Nova Esquerda, uniram-se a todas as causas que esta promovia: movimento de protesto juvenil, defesa dos Direitos Cívicos, pacifismo. Contudo, rapidamente consideraram que ali se reproduzia, sob outras roupagens, a opressão da mulher, eternamente relegada dos lugares decisivos. Por outra parte, suas reivindicações sempre eram vistas submetidas aos objetivos mais importantes da luta global. Em consequência, decidiram se separar e desta decisão

*1 Sororidade (NE).

nasceu o Movimento de Libertação da Mulher.⁷

Outro setor convergiu para o feminismo da diferença, que considera que a opressão das mulheres é transistórica, anterior ao capitalismo e que não terminaria com ele, como pareciam demonstrar palpavelmente os estados burocratizados. Em 1971, Kate Millet, em *Política Sexual*, define o patriarcado como “uma instituição em virtude da qual a metade da população (quer dizer, as mulheres) encontra-se sob o controle da outra metade (os homens)”. Shulamith Firestone, autora de *A Dialética do Sexo*, sustenta que

o materialismo histórico é aquela concepção do curso histórico que busca a causa última e grande força motriz dos acontecimentos na dialética do sexo: na divisão da sociedade em duas classes biológicas diferenciadas, com fins reprodutivos e nos conflitos de ambas as classes entre si; nas variações havidas nos sistemas de matrimônio, reprodução e

⁷ “Una mirada sobre los sucesivos feminismos”, María Salas.

educação dos filhos, criadas por tais conflitos; no desenvolvimento combinado de outras classes fisicamente diferenciadas (castas); e na sistemática divisão do trabalho baseada no sexo, que evoluiu até um sistema (econômico-cultural) de classes.

O feminismo radical colocou em prática os grupos de autoconsciência, onde cada participante expunha sua experiência pessoal de opressão, de modo a sintetizá-la coletivamente e analisá-las de forma política. Cada mulher falava por si mesma e ninguém podia representá-la: eis aqui a semente do horizontalismo. Na Itália, Carla Lonzi⁸ e a Livraria de Mulheres, e, na França, Luce Irigaray foram, entre outras, suas teóricas mais destacadas.

Embora no interior da ala radical exista uma infinidade de matizes, e, como foi dito, algumas se esforçaram por dar uma base materialista à opressão da mulher, “o feminismo radical ou da diferença” opina que

⁸ Autora de *Escupamos sobre Hegel*, uma denúncia do sexismo de Hegel, Freud, Marx e do conjunto da filosofia ocidental.

o patriarcado, um sistema de dominação sexual, é concebido, ademais, como o sistema básico de dominação sobre o qual se levanta o resto das dominações, como as de classe e raça. O gênero expressa a construção social da feminilidade e a casta sexual alude à experiência comum de opressão vivida por todas as mulheres⁹.

Esta opressão comum – “sobre a qual se levanta o resto das dominações” – unirá as mulheres acima dos antagonismos de classe e selará a divisão entre o movimento feminista e a classe operária. A revolução teria um caráter cultural, e seria desdobramento de uma “mudança dos imaginários”, uma mudança civilizatória.

Temos que ressignificar o que é fazer política a partir e para as mulheres. Uma verdadeira outra política, que nos dê valor e autoridade, no sentido de protagonismo. Não podemos mais seguir jogando com o poder neutro, o Estado neutro, a política neutra, porque só estaremos jogando com

⁹ Ana de Miguel, *Neofeminismo: os anos 60 e 70*.

o poder masculino, o Estado masculino e a política masculina¹⁰.

A hostilidade aos partidos de esquerda – “trabalhadores do mundo, quem lava suas meias?”, perguntava um grafite parisiense da época; “Não há nada mais parecido com um machista de direita do que um machista de esquerda”, pintam hoje as bolivianas – foi um abismo que se aprofundou com o tempo. Isto determinaria fatalmente a trajetória, a cooptação e o ocaso das correntes hegemônicas do movimento feminista e a ruptura política ou pessoal de muitas de suas dirigentes.

As filhas das mães fundadoras

Foi sobre estas bases teóricas e políticas que o feminismo se desenvolveu nas últimas quatro décadas. Nos países centrais, as alas mais radicais terminaram dispersas, estranguladas pelo triunfo de Reagan e pelo retrocesso

¹⁰ Ximena Bedregal, feminista autônoma, dirigente do feminismo mexicano nos anos 80. *Democracia masculinista, democracia heterossexual compulsiva*, México.

político dos anos 80. O feminismo da igualdade, ao contrário, transformou-se de movimento social em ONG, ganhando espaço nos ministérios e dentro de todo o aparato estatal, assim como na ONU, FMI^{*2}, Banco Mundial e todos os organismos multilaterais – são as assessoras da “perspectiva de gênero”, da qual fala Paredes –, a custa não somente de esquecer qualquer perspectiva de jacobinismo, mas também de negociar até as bandeiras democráticas mais elementares. Outro setor, o feminismo acadêmico, concentrou-se nos chamados estudos de gênero que, embora tenha feito e faz contribuições vertebrais à análise da singularidade da mulher como sujeito social, ignora – salvo raras exceções – apenas uma de suas identidades: a de classe. Ninguém considera, começando por elas mesmas, o feminismo acadêmico como uma corrente política ou parte de um movimento social. Portanto, esta nota pode deixá-lo de lado.

*2 ONG: Organização Não-Governamental; ONU: Organização das Nações Unidas; FMI: Fundo Monetário Internacional (NE).

Durante a década de 70 surgiram pequeníssimos grupos feministas na América Latina, reflexo do que ocorria na Europa e nos EUA (exceto talvez no México e no Brasil). A maioria se identificou com o Feminismo da Diferença e, hostis à esquerda, aos partidos e à classe operária “patriarcais”, vegetaram marginalizadas em relação aos grandes agrupamentos que marcaram época. Em alguns casos, seu separatismo chegou a extremos profundamente reacionários¹¹. Por outro lado, o feminismo chileno – liderado por Julieta Kirkwood e Margarita Pisano – participou nas ruas na luta contra a ditadura, apesar de

¹¹ A psicanalista Nancy Caro Hollander conta que numa reunião da UFA (União Feminista Argentina), em 22 de agosto de 1972, dia do Massacre de Trelew: “O encontro que teve lugar esta noite surgiu de um debate acerca do que os grupos feministas deviam fazer: alinharmo-nos ou não com as numerosas organizações que denunciavam publicamente as ações repressivas do Estado. Muitas de nós desejavam fazer uma declaração pública, denunciando os atos do governo militar; mas algumas das mulheres argumentaram que isso não tinha nada que ver conosco como feministas, pois nos movimentos revolucionários o papel subordinado atribuído às mulheres, refletia a opressão patriarcal tradicional das mesmas. Assim, por que protestar pelo destino destes homens que somente reproduziam atitudes e condutas patriarcais?”.

uma perspectiva absolutamente democratizante, sob a palavra de ordem “democracia no país e em casa”. As “casas Sofia”, situadas nas favelas, foram autênticos centros de organização da mulher explorada.

Os grupos feministas pela “abertura democrática” são integrados por pequeno-burguesas independentes, próximas ao movimento de direitos humanos, mulheres organizadas em ONG’s ou militantes dos partidos patronais¹². Apesar do protagonismo das mulheres nas lutas da época, “a agenda feminista” não incidiu sobre elas. Nunca conseguiu o caráter de massas que havia tido nos países centrais, nem sequer no México, Chile e Brasil. Os encontros feministas da América Latina e Caribe – convocados em 1981 e financiados pela “cooperação

¹² “A política feminista na América Latina começou cedo a se distanciar das lutas contra as ditaduras, governos autoritários ou governos democráticos que pareciam não sê-lo, ante os quais desenvolveu uma atitude de profunda desconfiança. Talvez por isso, os feminismos, em seu distanciamento, orientavam suas estratégias muito mais para se perfilar a partir da sociedade civil do que interagir e, ao menos, negociar com os Estados e Governos”, Gina Vargas, Lima, 2003.

internacional” – se converteram na vitrine, onde as financiadoras começaram seu trabalho de cooptação, detectando os indivíduos e grupos mais permeáveis à sua influência.

Na Argentina, os grupos feministas apelaram no início do alfonsinismo^{*3} para as mobilizações de rua, no dia 8 de Março, em apoio à lei do divórcio, pela guarda paterna compartilhada. A Comissão pela Legalização do Aborto foi um dos setores mais independentes; também houve uma importante denúncia à violência contra as mulheres, com a constituição do Tribunal Mabel Montoya, em homenagem a uma jovem que sofreu uma tentativa de estupro numa entrevista de emprego e morreu ao se jogar pela janela (1983). A criação da Subsecretaria da Mulher, ocupada pela feminista radical Zita Montes de Oca (UCR), foi entendida como uma conquista, e foi aplaudida, sem distinção, por

*3 Nome atribuído aos partidários do então Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín (NE).

todos os setores¹³. Desde 1985, seguindo o combinado no encontro feminista de Bertioaga, impulsionam-se os encontros de mulheres, que se constituíram em vários

¹³ A inclusão de feministas nos governos democratizantes é uma constante da época. “Feministas bolivianas de algumas ONG’s se sentiram convocadas pelo impulso modernizador do presidente Gonzalo Sánchez de Losada (1994-1997) e trabalharam em sua administração. Inclusive uma feminista, independente da coalizão dos partidos do governo, ocupou o primeiro mandato da Subsecretaria de Gênero; assim como outra profissional de uma ONG de mulheres, também independente do Partido Liberal na Colômbia, foi a encarregada da Direção Nacional de Equidade das Mulheres, criada pela administração Samper em 1996. O CONAMU (Conselho Nacional da Mulher) do Equador, fundado em 1997, incorporou em seu Conselho Diretivo três “representantes” do movimento de mulheres eleitas em suas bases, do mesmo modo que o ISDEMU (Instituto Salvadorenho de Desenvolvimento da Mulher), que convidou também duas representantes dos grupos de mulheres para participar como membros plenos em sua Junta Diretiva. No Chile, em função dos acordos partidários da Concertação*, uma socialista – geralmente feminista – ocupa a subdireção do SERNAN; e, no Peru, o Conselho Consultivo do Ministério de Promoção da Mulher e Desenvolvimento Humano (PROMUDEH) está integrado por algumas feministas e representantes de agências internacionais”. *Los malestares del feminismo latino-americano*, Maruja Barriga.

* Nome que se atribui à *Concertação de Partidos pela Democracia* – ou simplesmente “Concertação” (“acordo”) – foi uma coalizão de partidos políticos progressistas e partidos democrata-burgueses que governou o Chile de 11 de março de 1990 a 11 de março de 2010 (NE).

países, mas sobrevivem somente na Argentina. Os pequenos grupos que se distanciam do governo são asperamente criticados pelos que são totalmente adaptados. Em 1997, Magui Bellotti e Martha Fontenla, do Atem (talvez o único grupo consequentemente autônomo da Argentina), diziam:

Qualquer questionamento em relação às democracias realmente existentes tendia a ser enclausurado no apelo a duas opções aparentemente exclusivas: democracia ou ditadura, recurso antidemocrático que é usado pelos governos para paralisar e desacreditar toda crítica ou mobilização social, por serem “desestabilizadoras e condutoras a um passado de golpes militares e genocídios”. Parece que estas democracias constituem um ponto de chegada e que, no máximo, é possível aperfeiçoá-las um pouco e incorporá-las na “perspectiva de gênero”, quer dizer, incluir algumas mulheres no excludente modelo patriarcal capitalista e neoliberal”.

O questionamento da ala esquerda não superou o marco da centro-esquerda: a denúncia aos planos de ajuste e ao “neoliberalismo”. Num contexto de pauperização,

Movimentos Sociais. Vol. 05, num. 08, 2020.

[20]

desemprego massivo, produto das privatizações, de resistência aos planos de ajuste do FMI e escassez, vultosos recursos da cooperação internacional foram orientados como estratégia de desmobilização e controle, aliado à cooptação dos movimentos sociais, de acordo com os ditames do Consenso de Washington. A cooptação do feminismo incluiu desde a imposição da “agenda de trabalho” – por esse caminho a legalidade do aborto se transformou em direitos reprodutivos – até a forma de organização interna das ONGs¹⁴.

Um momento decisivo na política de cooptação foi a IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995), onde 35.000 mulheres de todo o mundo se reuniram sob a sombra das Nações Unidas para discutir uma plataforma comum de “progresso, desenvolvimento e igualdade de oportunidades para as mulheres”. No começo, a convocatória foi aceita

¹⁴ A exigência de incorporar profissionais às ONGs mudou totalmente a composição destas. La Morada, no Chile, expulsou “democraticamente” sua fundadora, Pisano, por denunciar “o caminho de Beijing”.

massivamente, mas a criação de “grupos focais” (que ditaram a participação) por parte das agências imperialistas distanciou os setores autônomos. “Para a IV Conferência, os mais influentes e importantes financiadores governamentais dividiram o mundo de maneira colonial: USAID, a agência de cooperação do governo dos EUA, financiou a participação das mulheres latino-americanas, enquanto a agência de cooperação Francesa fez o mesmo com suas ex-colônias na África, para citar dois exemplos. (...) A Cepal dispôs quais categorias deviam ser analisadas, tanto ONGs quanto governos se asseguraram de que se tratava de mulheres dispostas a escrever o que a Usaid mandava”, escreve Julieta Paredes¹⁵.

Em Beijing, a luta contra a dupla opressão se converteu em “planos para o desenvolvimento com perspectiva de gênero”, isso por uma década e em sintonia

¹⁵ O coletivo *Las Mujeres Creando* foi reprimido pela Polícia em La Paz, a pedido de suas adversárias, por denunciar a farsa do “caminho de Beijing”.

com os acordos com o Vaticano; a palavra “aborto” desapareceu da agenda do feminismo institucional, para ser substituída por “direitos reprodutivos” ou “procriação responsável”; a “feminização da pobreza” devia ser combatida na forma de microcréditos; a violência contra a mulher transformou-se em “violência intrafamiliar”, etc. “Conquistar a igualdade social entre os sexos constitui um dos objetivos do desenvolvimento e da cooperação ao desenvolvimento”, explicava a economista Teresa Rendón¹⁶. Marcela Lagarde, feminista mexicana e deputada do PRI^{*4}, afirma: “para a violência contra as mulheres, a democracia, o desenvolvimento e o progresso, ou seja, os princípios da modernidade são os remédios prioritários¹⁷”.

Se até então havia algumas feministas “políticas” nos governos, a partir de Beijing o grosso do movimento feminista se converte numa das vias de imposição da

¹⁶ *Gênero, desenvolvimento e cooperação ao desenvolvimento.*

^{*4} Partido Revolucionário Institucional (NE).

¹⁷ *El Periódico*, México, 4/8/04.

política imperialista e na correia de transmissão de seus interesses dentro do movimento das mulheres. Gina Vargas expressa com eloquência este programa:

Os processos de globalização no campo econômico, mas também no político e sociocultural, abriram novos campos de atuação para os movimentos sociais e para os feminismos, além de novos terrenos para a luta por cidadania. Os dramáticos processos de crescente exclusão – comuns a toda a região – os feminismos enfrentaram a possibilidade e urgência de ampliar suas lutas, de um nível nacional-regional até – e a partir – do global (...) Um setor significativo destas instituições feministas estiveram presentes, “disputando” conteúdos e perspectivas para as Cúpulas e Conferências mundiais. Estas feministas começaram assim a ser atrizes fundamentais na construção de espaços democráticos da sociedades civis regionais e globais. Durante os anos 90 novos espaços foram se abrindo. Houve uma generalização do discurso de direitos e uma ênfase na construção da cidadania, tanto das sociedades civis e seus movimentos como a partir dos Estados.

Um questionamento sem perspectiva

Movimentos Sociais. Vol. 05, num. 08, 2020.

[24]

“O que resultou de Beijing – opina Ximena Bedregal¹⁸ – foi a consolidação de um feminismo institucionalizado, que acabou voltando seus olhos e esforços aos espaços e estruturas do poder patriarcal, terminando por suavizar e adequar seu discurso, para torná-lo acessível a estes”.

Isso resultou na renúncia de sua crítica radical das lógicas e éticas desta cultura, além de se limitar ao conceito de gênero. Foi um processo que acabou rompendo nossa velha busca de democracia interna para se constituir num movimento de cúpula, onde algumas mulheres, que adquiriram muito poder, terminaram por representar a todas, sem maiores consultas a não ser alguns fóruns elegantes. Um feminismo que se submeteu às decisões das agências de cooperação internacional, e às suas visões primeiro-mundistas sobre o que é bom para nós e como devem ser as *nossas democracias* (itálico nosso). Um movimento que quase já não existe como tal, mas sim como um conjunto de ONG (algumas sendo verdadeiros monopólios) sem contato com as mulheres (...) Sem estruturas de base e sem trabalho sobre a subjetividade e sobre perguntar-se o que é ser mulher. Ao invés das mulheres, os interlocutores únicos e privilegiados são o

¹⁸ Ximena Bedregal, *¿Que quedó del proceso de Beijing?*

poder, suas instituições e seus representantes. Um feminismo que se importa mais com cotas em partidos ou instituições, que já não tem nenhuma capacidade de dar um novo sentido às pessoas – isto é, que não tem capacidade de buscar novos sentidos de vida, *novas formas de sociedade e cultura* (itálico nosso) onde as mulheres caibam em todos os sentidos da existência e encontrem novas formas de ler a si mesmas. Um feminismo com líderes que já não têm vergonha de dizer que renunciaram ao desejo de mudar o mundo e que preferem, agora, ser “reformistas, social-democratas e bem adaptadas”.

A indignação do feminismo autônomo reflete de modo distorcido a generalização do processo de decepção no marco da democracia burguesa e profundamente idealista. É necessário “mudar o mundo” para encontrar o modo em que as “novas formas de sociedade e de cultura entrem em “nossas democracias”. No VII Encontro Feminista de Cartagena, Chile (1996) estalou o confronto entre “institucionais” e “autônomas”. O Encontro, organizado por uma comissão com maioria autônoma, foi

sabotado por parte do feminismo institucional – que tentou mudar a sede – e as agências financiadoras: recebeu 10% dos US\$ 460.000,00 em contribuições que havia recebido de El Salvador, dois anos antes. Em Cartagena, Pisano acusou:

se autoproclamam representantes das mulheres e do movimento feminista e se constituem nas especialistas das políticas sobre as mulheres. Sustentamos que essas instituições não são neutras, que pertencem a um sistema e o sustentam, e que o dinheiro passa então a ser um instrumento político.

Gina Vargas foi a porta-voz das instituições. Em seu discurso, não desmente e sim confirma as acusações:

Uma das mudanças significativas foi a modificação de uma postura antiestatista para uma postura ética negociadora, em relação ao Estado e aos espaços formais internacionais (...) a existência nos anos 80 de um movimento potente, visível, mobilizado, deu lugar a um movimento mais reflexivo, ancorado numa utopia realista.

Com respeito ao caminho a Beijing, Vargas esclareceu: “Sem nos determos aqui na discussão sobre o caráter imperialista da USAID – todas são de certa forma – consideramos que são adjetivos que nos dizem pouco sobre o funcionamento atual do mundo globalizado”. O escândalo foi tão grande que Vargas se comprometeu a renunciar à assessoria do Banco Mundial.

Mas a denúncia enfurecida das autônomas – contestadas por dois terços do encontro, as institucionais e um setor que fica no centro, “nem umas nem outras” – não identifica as causas objetivas, nem da situação política, nem do processo de cooptação:

Vemos muitas feministas se instalando a partir da perspectiva de gênero em um sistema que hoje sustenta 57 guerras no planeta, reconhecendo-lhe a capacidade de resolver os problemas que ele mesmo provoca e necessita para se manter (...) O pacto entre os varões se assenta na relação que eles estabelecem com a mulher, constrói a misoginia para explorar as mulheres, para ter mão-de-obra gratuita, para que procriem a seus filhos, para que

cuidem e mantenham sua cultura. Enquanto não fizermos políticas entre nós, mulheres, (...) não seremos capazes de fazer política alternativa¹⁹.

As autônomas não dão nenhum passo em direção à luta anti-imperialista e se mantêm no terreno exclusivo do enfrentamento sexo contra sexo. O idealismo da análise sobressai. O que é a “política alternativa”? O capitalismo patriarcal é uma construção do sistema de sexo-gênero ou um modo de produção? Imperialismo, burguesia, proletariado são termos ausentes nos dois setores. Não somente Vargas opina que o imperialismo “nos diz pouco”. Esta categoria também é alheia às autônomas que, quando muito, falam de “neoliberalismo”. A instituição do patriarcado transfere, no plano teórico, o caráter central da exploração nas relações sociais capitalistas para uma de suas formas de opressão.

¹⁹ Margarita Pisano.

Não são pactos entre homens, nem entre homens e algumas mulheres, que determinam suas condutas; é o lugar que estes ocupam nas relações de propriedade e de produção, seu pertencimento de classe, seu programa político. Cartagena foi a última irrupção coletiva do feminismo autônomo, hoje totalmente desregrado e reduzido a algumas teóricas, com exceção das *Mujeres Creando* bolivianas.

A crise do modelo “neoliberal” e a passagem aos regimes de centro-esquerda na América Latina renovou as posturas institucionais, que levaram a “perspectiva de gênero” ao Fórum Social Mundial e ao Fórum de São Paulo. Alda Facio, primeira diretora do *Caucus de Mujeres por una Justicia de Género en la Corte Penal Internacional*^{*5}, adverte:

A incorporação do discurso de gênero nas instituições da oligarquia internacional

*5 Convenção de Mulheres por Justiça de Gênero no Tribunal Penal Internacional (NE).

como o BM, o BID e o FMI, permitiu que pudessem seguir com seus planos de ajuste estrutural, sem oposição do movimento feminista, porque estão fazendo-o a partir da perspectiva de gênero. Cinco anos depois de Beijing, as mulheres do mundo estão mais pobres, mais violentadas e mais marginalizadas dos espaços de poder real; contudo, dizemos que avançamos, porque agora estamos presentes no discurso dos poderosos e a perspectiva de gênero em todas ou quase todas suas políticas e projetos.

A lavagem de roupa suja não consegue dissimular nada. Gina Vargas reitera no mesmo sentido:

O que não é bom para as mulheres não é bom para a democracia. Esta afirmação está sustentada em muitas e dolorosas experiências de exclusão, não somente a partir das políticas estatais, mas também pelas próprias sociedades civis e seus diferentes atores, *inclusive as que levantavam propostas alternativas frente às democracias realmente existentes.*

Mais próximas dos que elas mesmas acreditam, as institucionais não estão sozinhas em sua hostilidade às “propostas alternativas”. As autônomas – em nome dos

Movimentos Sociais. Vol. 05, num. 08, 2020.

direitos das mulheres – também não evitam um macarthismo^{*6} militante. Todo o seu discurso se orienta no sentido de distanciar as mulheres de uma perspectiva revolucionária:

O patriarcado não conseguiu criar uma proposta válida e tolerável. Todas suas utopias fracassaram, todas passaram do breve momento revolucionário ao largo momento da injustiça, da hierarquia e do poder sobre outros (...) nem suas esquerdas não têm outra proposta a não ser administrar o sistema neoliberal, fazendo – no melhor dos casos – que o chamado derrame chegue de pouco a pouco aos mais desfavorecidos, sempre como dádiva, caridade ou um presente²⁰.

^{*6} O Macartismo é um termo derivado do nome do Senador norte-americano Joseph McCarthy (em inglês “McCarthyism”), que iniciou o que se convencionou chamar de “caça às bruxas”, através de projetos de leis “anticomunistas” (era o período da Guerra Fria), sendo uma época de intensa perseguição política em relação não só aos “comunistas” (bolchevistas e semelhantes) mas a todos que possuíam pensamento crítico, tal como no caso dos cineastas Charles Chaplin e Joseph Losey (NE).

²⁰ Ximena Bedregal, *Democracia masculinista, democracia heterossexual compulsiva*.

Nem no Argentinazo, nem na Revolução Boliviana

A percepção do próprio desastre é aguda:

Quando, no recente caos econômico e político ocorrido na Argentina, as pessoas foram para as ruas com suas caçarolas e sua ira justificada, também as feministas saíram, mas não tiveram nada a dizer. Elas andavam ensimesmadas com sua proposta da “paridade” nos diversos órgãos de representação política, acreditando fervorosamente na audácia da sua proposta. Porém, ao se encontrarem com essas pessoas que gritavam, furiosas: “– e ¡Que se vayan todos, que no quede ni uno solo!” logo ficaram sem discurso. Isso me fez pensar que, na nova era da globalização neoliberal, o feminismo chegou a um umbral que não pode transpassar mantendo suas posições estagnadas, o que supõe uma necessidade de novas formulações em sua teoria e “práxis”²¹.

Até o grupo mais radical que conhecemos – as *Mujeres Creando* –, que tem certa inserção entre as cocaleiras, as devedoras dos microcréditos e de El Alto,

²¹ Sendón de León, Victoria. Filósofa feminista espanhola. Encontro de Mulheres Filósofas. Barcelona, outubro de 2002.

teve uma intervenção antioperária e centro-esquerdista na revolução boliviana. É o motor da Assembleia Feminista do El Alto e não deixa de alertar sobre o “uso” que os companheiros fazem das lutadoras.

Companheira, irmã, estás marchando junto aos companheiros, junto a teus irmãos, como uma forma de visibilizar tua presença, tua luta consequente com a causa e pela justiça. Mas os dirigentes, os caudilhos, não levam em conta nossa participação. Para eles não temos voz própria: tornam-nos invisíveis. *Somos apenas um tumulto de defesa, para facilitar a greve ou o bloqueio*²².

A Assembleia Feminista de El Alto, se bem que declara “não descansaremos até que a nacionalização dos hidrocarbonetos seja um fato”, também denuncia que

os líderes dos movimentos sociais estão entretidos na busca de protagonismos pessoais ou grupais, típica maneira patriarcal de conduzir as lutas sociais. Não geram propostas concretas, e corremos o

²² Florentina Alegre, dirigente camponesa. “*Sólo somos un tumulto de defensa para facilita el paro*”.

perigo de ficarmos nas palavras de ordem, enquanto o futuro se dilui entre nossas mãos.

E qual é a proposta concreta da Assembleia Feminista?

Acompanhar o senhor Rodríguez, presidente da Corte Suprema, com um gabinete ministerial nomeado pelo povo, de maneira que se garanta a nacionalização dos hidrocarbonetos e a Assembleia Constituinte, cuja eleição de constituintes não deve estar manipulada pela lei de partidos políticos e agrupação cidadãs, para assim garantir, entre outras reivindicações, a participação de 50% de mulheres assemblearias²³.

O “senhor” Rodríguez merece não apenas um tratamento mais considerado. Recebe, ademais, uma confiança política que jamais se deposita nas organizações revolucionárias. A crônica de Ximena Bedregal em *La Jornada*, do México, é diretamente direitista:

²³ “*La Asamblea feminista con el Pueblo*”, La Paz, 8/6/05.

A verdade é que a Bolívia está a bordo de um grande banho de sangue. Digo isso com o coração partido, com a alma apertada. Não entendo como os velhos esquerdistas possam estar felizes com o que acontece lá. Tantas revoluções teve os séculos 19 e 20! Algo mudou para melhor? Alguma revolução significou uma revolução do conjunto social? Nem falemos das mulheres, uso e usufruto de patriarcas ricos e pobres... Há possibilidade de uma revolução bolchevique em pleno fundamentalismo patriarcal, neoliberal e militarista?²⁴

Pacifismo pró-imperialista

As feministas institucionais levaram sua adaptação até ao extremo: deram aval à invasão dos Balcãs, em nome da democracia, e também à invasão do Afeganistão, em nome da defesa das mulheres “sob o jugo do Islã”, que foi mais do que contestada pelas mulheres “sob o jugo do Islã”, que as expulsaram ao vincular-se com as mulheres oprimidas de outras classes em seus próprios países²⁵.

²⁴ Ximena Bedregal, “*Bolivia al borde de un baño de sangre*”, 8/6/05.

²⁵ “*Sobre la autonomia del feminismo árabe*”, Fátima Mernissi: “Que algumas feministas ocidentais viam as mulheres árabes como escravas

A tradição pacifista do feminismo se extinguiu em nome da extensão do regime democrático. Ainda que venha em bombardeios da Otan, porque, como disse Amelia Valcárcel:

o feminismo, que é, em sua origem, um democratismo, depende da consolidação da democracia para alcançar seus objetivos. Embora em situações extremas a participação ativa de algumas mulheres nos conflitos civis pareça avançar posições, o certo é que estas somente se consolidam em situações livres e estáveis. Muitas mulheres descobriram em sua própria pele que o fato de arriscar sua segurança ou suas vidas para destruir uma

servis e obedientes, incapazes de tomar consciência ou de desenvolver ideias revolucionárias próprias, que não sigam os ditames das mulheres mais liberadas do mundo (de Nova York, Paris e Londres); à primeira vista, parece mais difícil de entender que uma postura similar nos patriarcas árabes (...) não me preocupa tanto o futuro da solidariedade internacional das mulheres, como a capacidade do feminismo ocidental de criar movimentos sociais populares para conseguir uma mudança estrutural nas capitais mundiais de seu próprio império industrial. Uma mulher que se considera feminista deveria se perguntar se é capaz de compartilhar isso com as mulheres de outras classes sociais de sua cultura. A solidariedade das mulheres será global quando sejam eliminadas as barreiras entre classes e culturas”.

Movimentos Sociais. Vol. 05, num. 08, 2020.

[37]

tiranía não as coloca à salvo de padecer das consequências de sua vitória, caso o regime que se instale após ela seja outra tirania (...) Somente a democracia, e quanto mais profunda e participativa ela seja, assegura o exercício das liberdades e o gozo dos direitos adquiridos. Por mais imperfeita que possa ser, *sempre é melhor do que uma ditadura de qualquer tipo: social, religiosa, carismática.* (...) Feminismo, democracia e desenvolvimento econômico industrial funcionam em correlação. O feminismo está comprometido com o fortalecimento das democracias e, por sua vez, contribui para fortalecê-las²⁶.

Uma confissão de partidos...

Muitas feministas das mais diversas orientações consideram exemplar a luta das “Mulheres de negro” iugoslavas, israelenses²⁷, colombianas²⁸, uma organização

²⁶ Amelia Valcárcel e Rosalía Romero, *Los desafíos del feminismo en el siglo XXI*.

²⁷ “Desde 1988 as Mulheres de Negro de Israel se manifestam contra a ocupação militar israelense. Constroem pontes de paz com as mulheres palestinas, para finalmente poder viver em paz: em dois Estados para dois povos”.

²⁸ “Colômbia: Nós mulheres da Ruta Pacífica não acreditamos no poder das armas, não acreditamos nos guerreiros. Fazemos um chamado

de mulheres que “estão contra todo o cotidiano de violência, desde a violência masculina contra as mulheres, até o militarismo e a guerra. Defendem a paz, a justiça e a democracia multiétnica, bem como a implementação de meios não violentos, negociados, para resolver as diferenças”²⁹.

Apesar de ser impossível não simpatizar com as Mulheres de Negro, por sua valentia nas ruas para denunciar o massacre palestino, os paramilitares colombianos, a limpeza étnica de Milosevic ou a barbárie

para fortalecer a democracia, para não fechar as portas às liberdades e direitos civis, para não permitir que, em nome da luta contra o “terrorismo”, se persiga, se prenda e se mate. Nossa força e rebeldia traduziram-se em vontade política para, a partir de nossa autonomia frente a todos os atores armados, com a dor que compartilhamos com as mulheres relegadas que têm seus familiares mortos (as) ou desaparecidos (as), sequestrados (as), assassinados (as), retidos (as), presos (as), torturados (as), exigir a saída política negociada e os acordos humanitários, com o firme compromisso de contribuir para a desmilitarização da vida civil e pela construção de um país e uma casa livres de violências, opressões e subordinações”.

²⁹ Nancy Caro Holander, op. cit.

da OTAN, sua alternativa negociadora representa somente uma das estratégias do bloco imperialista nestes conflitos.

Isso porque, para o feminismo, a saída da Guerra dos Balcãs, da causa palestina, da invasão do Afeganistão, da Guerra do Iraque, sempre incluirá um chamado “ao diálogo” entre as partes, a denúncia de “ambos os setores” por sua atitude “patriarcal e militarista”, terminando no mesmo ponto: no reconhecimento das Nações Unidas como um organismo – desta vez – neutro, o qual é possível pedir que intervenha. Às mais refinadas analistas da opressão sexual feminina, todas as outras opressões passam à margem.

Com relação à invasão de Bush ao Iraque, Bedregal se pergunta:

Quantas intelectuais feministas seguem vendendo a ideia de que estamos às portas de verdadeiras democracias de gênero, só porque esta já é aceita até mesmo pelo punhado de belicistas intransigentes que arrogam o poder total (e, obviamente, seus obedientes empregadinhos nacionais),

enquanto levam o planeta a um Estado policialesco, fascistamente bélico, cheio de guerras “preventivas” e a suas poucas e débeis instâncias multilaterais à bancarrota ética e política? Um espectro ronda o mundo, o espectro da guerra global. A questão que permanece é: o pensamento e a ação crítica podem abrir caminhos para que esta chegue na profundidade que queria, mas não deu conta?

A resposta a esta desolada pergunta é: para um programa político que ignora a opressão nacional e a opressão de classe, e que ataca as lutas de libertação nacional e social como contrárias aos interesses das mulheres; para um programa político que promove o fortalecimento das “poucas e débeis instâncias multilaterais” do capital e se inunda no pântano de um idealismo antissocialista, o único caminho é a cooptação ou o abismo.